

Comunidades rurais no Brasil e a informação

CLÁUDIA TARPANI*

Questiona o atendimento às populações rurais por parte dos serviços de informação e o papel do bibliotecário nesse processo, enfatizando a importância do conhecimento de questões mais amplas do mundo rural, como a estrutura agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades agrícolas
Serviços de Informação
Bibliotecários
Brasil

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o meio rural brasileiro tem sido objeto de inúmeras transformações que incluem a modernização tecnológica e a crescente predominância do capitalismo nas atividades agrícolas. Por outro lado, deve-se considerar também a grande complexidade das relações de produção na agricultura brasileira. Nesse cenário preconiza-se a

* Bibliotecária Chefe do Serviço de Biblioteca e Documentação Científica do Hospital Universitário da USP. Aluna do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.

importância da comunicação/informação para o processo de desenvolvimento rural. Considerando-se a biblioteca como uma instituição centrada na disseminação da informação, pode-se lhe atribuir grande responsabilidade nesse contexto. Sob essa ótica, questiona-se então:

- Como se encontra, nos dias de hoje, o mundo rural brasileiro, mais especificamente no que se refere à informação? De onde ela advém e como circula nesse meio?
- Qual o papel da Biblioteca e do bibliotecário face ao desenvolvimento do meio rural?

Ao se discutirem essas questões é importante que se leve em conta o conhecimento da cultura rural, do processo de comunicação rural e, principalmente, de tópicos referentes à estrutura agrária no Brasil. Esse artigo objetiva analisar alguns aspectos relativos a essas questões, enfatizando a importância da informação para o meio rural.

2 COMUNIDADES RURAIS

Antes de se pensar em questões mais amplas que cercam o mundo rural, seria interessante caracterizar a comunidade rural. Em primeiro lugar deve-se frisar a impossibilidade de se separar esse conceito de outros tópicos, como as relações econômicas e sociais que ocorrem no setor agrícola. Com relação à essa caracterização, a pesquisa de comunidade é o tipo mais comum de investigação sociológica do meio rural. Todavia, o conceito de comunidade é um tanto impreciso e como afirma KOTTER, citado por STAVENHAGEN (1964) é tanto um instrumento metodológico para a pesquisa, como objeto de investigação. O mais razoável então seria tentar analisar algumas características relacionadas à vida rural.

Há um consenso quanto a diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. SOLARI (1979) descreve uma série de traços que os diferenciam. Esses não devem ser considerados isoladamente:

1. Primeiramente a ocupação: a sociedade rural é essencialmente aquela na qual os indivíduos trabalham em atividades agrícolas;
2. Há também diferenças ambientais: o habitante rural está muito mais exposto às condições do meio físico, às variações dessas condições em contato muito mais estreito com a natureza (o que determina diferenças psicológicas entre as sociedades urbana e rural);
3. Tamanho da comunidade: os grupos rurais tendem a ser numericamente menores do que os urbanos (diferença na densidade da população);
4. Homogeneidade e heterogeneidade dos integrantes da sociedade urbana e rural: as comunidades rurais tendem a ser em suas características psicossociais mais homogêneas do que a população das comunidades urbanas.

Outros fatores também podem ser mencionados, como por exemplo aqueles relacionados à comunicação. Descrevendo o processo de comunicação de grupos marginalizados, BELTRÃO (1980) chama a atenção para a incomunicação dos grupos rurais. Nesse sentido, DIAZ BORDENAVE (1985) diferencia o processo de comunicação rural da urbana porque "os homens e as comunidades resultantes da ocupação agrícola e do habitat rural pensam, sentem e agem de maneira diferente da dos habitantes das cidades, comunicando-se também através de códigos e meios próprios". Segundo esse autor, a incomunicação é determinada pelo isolamento geográfico e socialmente determinada pelo analfabetismo e baixo nível de instrução.

Também merece atenção a imagem que se faz do mundo rural. Alguns autores parecem ter-se enganado ao encarar a comunidade rural como "uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesses" (citado por QUEDA & SZMERECSANYI, 1979). Essa imagem reflete o tradicional, o atraso, o passivo, a estagnação que impede o desenvolvimento, em contraposição ao urbano representando o inverso. Vista pelo urbano, a comunidade rural representa a sociedade de folk-pequena, isolada, homogênea

e ao mesmo tempo estática, arcaica e resistente a mudanças (STAVENHAGEN, 1964).

Outra questão complexa a ser considerada, refere-se à existência de várias classes na estrutura agrária brasileira, contrariando os pressupostos teóricos que a abordam como uma sociedade homogênea. Não se pode de forma alguma considerar a população rural como não estratificada. A complexidade das relações de produção, especificamente na agricultura brasileira, é enorme. SILVA (1986) classifica os distintos grupos de trabalhadores rurais em:

- a) proprietários minifundistas;
- b) pequenos posseiros;
- c) pequenos rendeiros;
- d) empregados assalariados: permanentes e temporários.

Qualquer atividade dirigida à população rural deve considerar os fatos acima descritos, trabalhando inicialmente em nível de conceito e definindo posteriormente seus objetivos. Na formulação dos objetivos do serviço de extensão rural (detalhado adiante) tais questões parecem não ter sido devidamente consideradas.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL E ESTRUTURA AGRÁRIA

A partir da década de 30, inicia-se uma nova fase de transição na economia brasileira. O setor industrial aos poucos se consolida e o país vai deixando de ser "eminente agrícola". Há necessidade de romper o atraso do mundo rural, resistente à mudanças. Isso se daria, segundo filosofia dos serviços de extensão rural, através da difusão de novas idéias, representadas pelo desenvolvimento da produção capitalista na agricultura. Nessa perspectiva LEWIN (1974) analisando a temática do "mundo rural" nos planos brasileiros de desenvolvimento econômico, mostra que o planejamento procura atuar sobre a agricultura – definida como setor retrógrado do país – no sentido de criar estímulos favoráveis ao aumento da

produtividade agrícola e diminuir as diferenças regionais. Entretanto, a tecnificação da agricultura reproduz e reforça as desigualdades da estrutura agrária. "A expansão da tecnificação da agricultura que se expressa de forma mais marcante no aumento do uso de tratores, fertilizantes e defensivos químicos, concentrada nos estabelecimentos maiores, age no sentido de acentuar a concentração de terras e renda. A tecnificação faz-se pela subordinação do pequeno produtor à agroindústria ou cooperativa, levando à perda de autonomia do produtor e à sua definição como um quase proletário" (FIGUEIREDO, 1984).

4 O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Inicialmente, a prática de assistência técnica ao meio rural no Brasil baseava-se exclusivamente no fomento e se restringia ao fornecimento de insumos para a produção vegetal e animal, relegando a segundo plano o fator humano. Por volta de 1948, no período da política desenvolvimentista, introduziu-se o serviço de extensão rural. Esse baseava-se no modelo americano e foi concebido como "assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos de tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, sanitária, ecológica; associativismo e ação comunitária" (FIGUEIREDO, 1984). Entretanto, QUEDA & SZMRECSANYI (1979) atentam para o fato desse serviço considerar como público a comunidade rural, vista, conforme citado anteriormente, como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesses. Para essa comunidade (incluindo os grandes fazendeiros, os minifundiários e os trabalhadores agrícolas) são elaborados programas que visam à melhoria do seu padrão de vida, de saúde e de educação. Esse objetivo deve ser atingido através da elevação do nível de renda da comunidade rural, mediante o aumento da produção e da produtividade, deixando de lado questões como redistribuição da renda agrícola e alterações da estrutura de poder no meio

rural. É interessante salientar que essa estrutura agrária foi vista como obstáculo à modernização/tecnificação da agricultura (considerados fundamentais para alterações no meio rural). No entanto ao formular seus objetivos, o serviço de extensão rural desconsidera tais complexidades da questão agrária, encarando seu público como sendo homogêneo, isento de conflitos de interesses. Além disso, relega a segundo plano o fator humano de produção, incluindo aqui a participação das diversas classes em questões sociais e na tomada de decisões.

Há que se enfatizar que, inegavelmente, os sistemas de assistência técnica e de extensão rural têm, nos últimos tempos, evoluído no sentido de questionar sua ação, sua função social, abandonando "fantasia de harmonia social e de sociedade apolítica" (FIGUEIREDO, 1984). Fazem parte desse processo a reconsideração de seu público prioritário, com ênfase no pequeno produtor e a posterior adequação de objetivos, já que a sociedade está em constante evolução e esse serviço existe para atendê-la. A assistência técnica atualmente prestada, parece pois carecer de mecanismos adequados de comunicação.

5 REPENSANDO A COMUNICAÇÃO RURAL

Qualquer proposta de trabalho junto à população rural, visando à melhoria do nível de vida, não se deve ater à simples transferência de conhecimento. FREIRE (1980) afirma que a ação educativa junto às populações rurais deve ser a de comunicação. O processo de comunicação rural é definido por DIAZ BORDENAVE (1985) como " o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação, afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural". Nesse contexto, a comunicação tem as seguintes funções: informar ou divulgar; mudar ou fortalecer atitudes e imagens; induzir a ação imediata e ensinar ou dar instruções.

Atualmente o serviço de extensão rural utiliza, como metodologia, a educação participativa que pode ser definida como a criação de grupos capazes de: diagnosticar e analisar os seus próprios problemas; decidir coletivamente sobre as ações, sem a influência externa ou tutorial; desenvolver tais ações, sem a influência externa ou tutorial. Nessa abordagem a educação é vista como um processo onde ela em si é o objetivo e não um meio para atingir outros objetivos. Para que esse processo participativo ocorra, consideram-se importantes aspectos a que se refere BORDENAVE (1987) ao afirmar que a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer ao menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo; assim não há participação popular sem informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante.

A informação torna-se então um elemento fundamental para o enfoque participativo (ênfatisado atualmente pela extensão rural). Entretanto, vale mencionar que o processo de transferência de informações (comunicação) pode ser visualizado sob dois ângulos distintos:

- é um processo através do qual a ideologia do grupo dominante circula na sociedade como forma de reproduzir as relações sociais ou;
- é um veículo de mudança social, um meio de superar as contradições presentes na própria estrutura de relações da sociedade.

Tal idéia reforça a tese de que informação é poder e seu controle uma forma de dominação, ressaltando, pois, a responsabilidade do profissional da informação que atua nessa área. Esse profissional deve fomentar um consumo mais crítico da informação, quando atua diretamente com o extensionista rural (fornecendo-lhe informações que auxiliem a efetividade do processo de extensão rural) como também propiciar à população rural o acesso à informação em todos os níveis. Nesse sentido espera-se que a biblioteca atue de forma dinâmica, considerando-se a importância da informação para a sociedade moderna.

6 BIBLIOTECAS E MEIO RURAL

A preocupação no sentido de prover informações para as áreas rurais é recente mesmo nos países desenvolvidos. VAVREK (1980) relata que "depois de quase 30 anos de desleixo a Biblioteconomia americana vem descobrindo aqueles que não vivem na cidade". No Brasil ainda se observa a carência de serviços bibliotecários dirigidos às áreas agrícolas. É um fato curioso, já que a população rural corresponde a 32,4% da população brasileira (segundo dados do último CENSO), e grande parcela dessa população ainda continua não-alfabetizada, sem acesso a escolas e outras instituições educacionais.

Assim, PENNA (1974) chama a atenção para a necessidade da criação e da organização de bibliotecas públicas rurais, já que a situação dos serviços de informação nas áreas rurais é altamente deficitária. Completando esse pensamento, ANDRADE & MAGALHÃES (1979), ao analisar as funções da biblioteca pública, questionam: o que têm feito nossa bibliotecas públicas para a população rural? "Parece que os próprios bibliotecários desconhecem a extensão do problema ou não estão conscientes do que pode ser feito em favor dessas pessoas – provisão de material adequado, trabalho em cooperação com as instituições encarregadas do problema, promoção de diferentes serviços de extensão, dentro e fora da Biblioteca".

Até os dias de hoje pouca coisa parece ter-se alterado na prática. O que há são escassas sugestões de trabalho junto às comunidades rurais, como as de SPERRY (1987) que propõe a cooperação em nível estadual, municipal e regional para prestação de suporte documental e informativo, envolvendo bibliotecas públicas, ambulantes, depositárias e equipes de animadores culturais e objetivando o apoio aos produtores e conseqüente desenvolvimento rural. De modo geral não há preocupação, por parte das bibliotecas públicas brasileiras, com o atendimento dessa parcela da população, o que suscita a seguinte questão:

A quem caberia a responsabilidade pelas atividades de cultura, educação e lazer dirigidas à população rural?

Não parece ser função, ou pelo menos não tem sido até os dias de hoje, papel da assistência técnica difundir informações de fundo cultural e formativo. Essas se atêm ao caráter técnico/econômico. A biblioteca pública a princípio deve-se preocupar com o atendimento das comunidades rurais que necessitam, tanto quanto as demais, de todo tipo de informação e de fácil acesso. O bibliotecário enquanto profissional da informação tem importante papel a desempenhar na provisão de informações às comunidades rurais. Considerando as tendências atuais de centros de informação utilitária nas áreas urbanas, deve-se pensar no valor da informação para populações que, em parte, têm dificuldade de acesso a escolas e instituições de prestação de serviços, propiciando-lhes mecanismos que facilitem o acesso à informação. Na impossibilidade de criarem-se bibliotecas rurais, devida às limitações geográficas, poder-se-ia pensar em serviços de extensão ligados às bibliotecas públicas. Tais serviços poderiam trabalhar juntamente com as bibliotecas da área agrícola. Os sistemas de informação agrícola no Brasil são extremamente organizados, possuindo uma infraestrutura que poderia auxiliar o planejamento de ações por parte das bibliotecas públicas. Nesse sentido pioneira é a ação da BPERJ - Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro - que desenvolve desde 1989 um projeto de vídeos para áreas rurais.

Ao se colocar a biblioteca como instituição disseminadora da informação pressupõe-se haver por parte de seu profissional a preocupação, não somente com o caráter técnico de seu trabalho (organização/processamento da informação), como também com a seleção do tipo de informação a ser veiculada. Só se poderá atribuir caráter qualitativo a essa seleção se houver o conhecimento do usuário com o qual se está trabalhando. É nesse sentido que se afirma que ao se pensar em bibliotecas e meio rural, deve haver por parte do bibliotecário o conhecimento conceitual do público rural e das questões que o cercam.

7 CONCLUSÃO

Os últimos 10 anos têm sido marcados por um aumento de veículos e de programas de comunicação de massa para o meio rural (OLIVEIRA, 1989). A biblioteca como uma instituição centrada na disseminação da informação não tem acompanhado esse desenvolvimento. Está em aberto um campo no qual o bibliotecário deveria estar atuando, pois desvincular a biblioteca da realidade rural é relegar sua importância a um plano secundário. O trabalho junto às comunidades rurais em nível de provisão de informações requer o conhecimento da dinâmica da sociedade rural e do papel da informação para o meio rural. Considerando-se as bibliotecas, deve-se atentar para o papel do bibliotecário que tem como função selecionar, processar e promover o uso da informação. No caso da informação rural, esse deverá compreender como se organiza a sociedade rural em diversos níveis, efetuando seu trabalho comprometido com o impacto que o tipo de informação processada e oferecida causará no meio rural.

Rural communities in Brazil and the information

Provision of information to the rural community and the role of the library in this process are discussed. Knowledge of the broad issues referring to that community, such as the agrarian structure, are considered of the most importance.

**KEY WORDS: Agricultural Communities
Information Services
Librarians
Brazil**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A.M.C.; MAGALHÃES, M.H.A. Objetivos e funções da biblioteca pública. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48-59, 1979.

- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortês, 1980.
- DIAZ BORDENAVE, J.E. *O que é comunicação rural*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos, 101).
- DIAZ BORDENAVE, J.E. *O que é participação*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção primeiros passos, 95).
- FIGUEIREDO, R.P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. *R. Bras. Tecnol.*, v. 15, n. 4, p. 19-25, 1984.
- FIGUEIREDO, V. O trabalhador rural e a modernização da agricultura. *R. Bras. Tecnol.*, v. 15, n. 4, p. 12-18, 1984.
- FREIRE, I.M. Comunicação de informações tecnológicas para o meio rural. *Ci. Inf.*, v. 13, n. 1, p. 67-71, 1984.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GREEN, A. Rural information provision in Leicestershire. *J. Librarianship*, v. 18, n. 2, p. 93-113, 1986.
- LEWIN, H. A temática do "mundo rural" nos planos brasileiros de desenvolvimento econômico. *Debate & Crítica*, n. 4, p. 83-105, 1974.
- OLIVEIRA, V.C. Integração e subordinação do rural à indústria da cultura. In: MELO, J.M. *Comunicação e desenvolvimento na América Latina: desenvolvimento e crise*. Campinas: Papirus, 1989.
- PENNA, C.Y. Servicios bibliotecários y de información para las zonas rurales de America Latina. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, p. 193-217, 1974.
- QUEDA, O.; SZMERCZANYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: ____. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 216-33.
- MARTINS, J.S. *Expropriação & violência: uma questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SILVA, J.G. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos, 18).

- SOLARI, A.B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 3.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SPERRY, S. *Animação cultural: educação e informação para comunidades rurais*. Brasília: ABDF, 1987.
- STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países sub-desenvolvidos. In: SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 26-39.
- VAVREK, B. Information services and the rural library. *Library Trends*, Spring, p. 563-78, 1980.

Recebido para publicação em 13 de setembro de 1991